

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No dia 8 de janeiro do presente ano, o secretário de Estado da Energia assinou a renovação por um ano do contrato de prospeção de hidrocarbonetos do consórcio ENI/GALP ao largo da Costa Vicentina. De acordo com a imprensa, a decisão é justificada com o investimento superior a 76 milhões de euros que o consórcio fez nos últimos 10 anos, no âmbito da concessão que lhe foi atribuída.

Na justificação é ainda referido a rejeição de providências cautelares sob a referida prospeção. No entanto, a Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP) recorda que está a correr no Tribunal Administrativo de Loulé uma providência cautelar precisamente contra este projeto.

O Governo salvaguarda que a aprovação do plano de trabalhos está dependente da aprovação de uma avaliação de impacte ambiental a ser levada a cabo pelo Ministério do Ambiente, para além de outras condições.

Face à renovação do contrato e à necessidade de conhecer os impactos dos trabalhos inerentes ao mesmo, é essencial conhecer o relatório relativo aos ecossistemas marinhos vulneráveis que foi elaborado no quadro dos títulos de utilização privativa do espaço marítimo.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio requerer ao Ministério do Mar, o seguinte documento:

Relatório do levantamento de ecossistemas marinhos vulneráveis entregue pelo consórcio ENI/Galp no quadro da atribuição de um título de utilização privativa do espaço marítimo pela DGRM em janeiro de 2017.

Palácio de São Bento, 29 de janeiro de 2018

Deputado(a)s

JOÃO VASCONCELOS(BE)

JORGE COSTA(BE)